



Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2017 e 2016

1 - Relatório da administração	3
2 - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	6
3 - Demonstrações Financeiras.....	10
3.1 - Balanço patrimonial.....	10
3.2 – Demonstração do resultado	11
3.3 – Demonstração do resultado abrangente	12
3.4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	13
3.5 - Demonstração dos fluxos de caixa	14
3.6 - Demonstração do valor adicionado.....	15
4 - Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	16
4.1 - Contexto operacional.....	16
4.2 – Base de preparação das demonstrações financeiras	18
4.3 – Retificação de erro.....	21
4.4 - Principais políticas contábeis	25
4.5 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos.....	30
4.6 - Caixa e equivalentes de caixa	32
4.7 - Contas a receber.....	32
4.8 - Partes relacionadas.....	33
4.9 - Estoques.....	36
4.10 – Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar	36
4.11 – Despesas pagas antecipadamente, sinistros a recuperar e demais ativos	37
4.12 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais	38
4.13 – Imobilizado	40
4.14 – Intangível.....	42
4.16 - Fornecedores e contas a pagar	44
4.15 – Leasing.....	44
4.17 – Tributos a recolher	44
4.18 - Obrigações sociais e trabalhistas	44
4.19 - Arrendamentos e concessão	45
4.20 – Antecipações de clientes, receitas diferidas e demais passivos	46
4.21 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC.....	46
4.22 - Patrimônio líquido	47
4.23 - Receita líquida de serviços prestados	48
4.24 - Custo dos serviços prestados	48
4.25 - Receitas (despesas) operacionais	49
4.26 - Resultado financeiro	50
4.27 – Imposto de renda e contribuição social	50
4.28 - Informação por segmento de negócios	52
4.29 – Benefícios a empregados	52
4.30 - Gestão de riscos financeiros.....	54
4.31 - Compromissos	59
5 – Declaração de revisão das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes	59
6 - Administração - Conselheiros e Diretores	60

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

O ano de 2017 foi de crescimento para a Ferrovia Centro Atlântica. A safra recorde de grãos e o aquecimento da economia contribuíram para a recuperação do volume transportado nos principais corredores da Companhia. Além disso, o projeto Complexo Mineral de Patrocínio entrou em fase de *ramp up* operacional, transportando minério de fosfato entre os municípios de Patrocínio e Araxá, em Minas Gerais. Outro fator que contribuiu para a melhoria dos resultados foi o aumento da capacidade portuária nas áreas de influência da FCA, motivando o aumento no transporte de cargas do segmento agrícola.

Como consequência desse cenário, tivemos um EBITDA de R\$ 375 milhões (aumento de 52%), provocado pelo aumento de volume, que totalizou 24.480 milhões de TKU no período (19% acima do ano anterior).

Com o objetivo de suportar o crescimento previsto em seu plano de negócios, a Companhia investiu mais de R\$ 518 milhões na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos voltados para meio ambiente e saúde e segurança.

Para 2018, novos projetos estão planejados voltados para continuidade do crescimento e manutenção de nossas operações.

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

1. Síntese do Resultado 2017

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais					
(em Milhões de R\$)	2014	2015	2016	2017	Δ
Receita Bruta	1.745	1.919	1.966	2.439	24%
Receita Líquida	1.500	1.653	1.667	2.125	27%
EBITDA	207	269	246	375	52%
Resultado Exercício	38	29	-26	7	128%
Volume Ferrovia (Milhões de TKU)	20.879	22.387	20.506	24.480	19%
Volume Ferrovia (Mil de TU)	31.292	31.567	30.537	37.885	24%
Margem EBITDA	13,8%	16,3%	14,8%	17,6%	2,9 p.p
Margem Lucro	2,5%	1,8%	-1,6%	0,3%	1,9 p.p

- A Receita Líquida da FCA fechou o ano de 2017 em R\$ 2.125 milhões, um aumento de 27% em relação ao ano anterior.
- Prejuízo de R\$ 7 milhões em 2017, R\$ 33 milhões acima do resultado de 2016.
- Geração de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 375 milhões, 52% acima do ano anterior.
- Faturamento na FCA de 24.480 Milhões de TKU, 19% a mais que o ano anterior.

O resultado da FCA em 2017 foi impulsionado pelo bom ano da Agricultura no Brasil e pela execução de investimentos com o objetivo de absorver essa demanda. Além da safra recorde, tivemos um aumento na capacidade de movimentação de açúcar em Santos e na movimentação de fertilizantes, em função da entrada do Complexo Mineral de Patrocínio.

2. Investimentos

Em 2017, a FCA investiu o valor total de R\$ 518,7 milhões. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para o projeto do Complexo Mineral de Patrocínio, além de investimentos em equipamentos de grande porte.

3. Gestão de Pessoas

O ano de 2017 foi importante para os processos de Gestão de Pessoas da FCA, trazendo resultados expressivos, especialmente nas frentes de Educação e Cultura. Em educação foi o ano recorde de ações de desenvolvimento executadas na Companhia, com a implantação do sistema de treinamento e desenvolvimento que facilitou a formalização e registro das ações educacionais. O Projeto Cultura atua como grande agente transformador fazendo com que nossos colaboradores compreendam melhor as fortalezas e as oportunidades para o alcance da estratégia e de resultados sustentáveis. A FCA acredita nos seus talentos internos. A maioria das posições de liderança abertas no último ano foram preenchidas com pessoas identificadas no processo interno de Carreira e Sucessão. A empresa investe também nos programas porta de entrada para atração e incorporação de novos funcionários, os chamados programas de porta de entrada: Programa de Estágio; Programa de Trainee Ferroviário; Jovens Aprendizes; Inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD).

4. Responsabilidade Social

A FCA aposta no desenvolvimento econômico alinhado à promoção social e à geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. Em 2017, investimos em projetos de educação, esporte e promoção da saúde. Foram vários professores capacitados, diversas crianças e adolescentes beneficiados e idosos envolvidos em iniciativas promovidas pela FCA.

Além do investimento social, mantemos um diálogo permanente com as comunidades através do Programa de Visitas e do nosso canal de relacionamento.

5. Meio Ambiente

O respeito às comunidades, o desenvolvimento contínuo de novas formas de reuso e reaproveitamento de recursos, o fortalecimento de práticas cada vez mais sustentáveis, a inovação em sistemas de gestão e a disseminação de informações sobre as melhores condutas em relação ao meio ambiente são algumas das ações empreendidas pela FCA em seus diversos fluxos operacionais. Em 2017 foi entregue a primeira usina de energia fotovoltaica da FCA e outras iniciativas de otimização no uso de recursos naturais foram empregadas para promoção da sustentabilidade ambiental.

6. Auditores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

Belo Horizonte, 08 de março de 2018.

A Administração

2 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Ferrovias Centro Atlântica S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovias Centro Atlântica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovias Centro Atlântica S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Efeitos da resolução 4.131 - ANTT

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pelas resoluções 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, definiu as diretrizes de contabilização decorrente da desativação e devolução de trechos “antieconômicos” que compõem a malha ferroviária sob a concessão da Companhia. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos nossos trabalhos. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém ressalva em função desse assunto.

Transações relevantes com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas e compras de serviços, operações de adiantamentos para futuro aumento de capital e operação de cessão de créditos fiscais são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4.9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não contém ressalva em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Gastos com Ativo Imobilizado e Intangível

Conforme notas explicativas 4.4.f, 4.4.g, 4.14 e 4.15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2017 nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$591.129 mil e R\$3.341.640 mil, respectivamente. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem do contrato de concessão com a União, requer que a Companhia efetue investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre imobilizado quando ocorre aquisição ou investimentos próprios, intangível quando ocorre manutenção ou investimentos vinculados à concessão ou resultado quando relativos a gastos com manutenção, para determinar o momento de transferência dos projetos em andamento para a conta definitiva que é crucial para a determinação do início da depreciação/amortização e ao impacto que uma alteração dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos pode ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional, em base amostral, dos controles internos relevantes relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil do ativo fixo como imobilizado ou intangível, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro dos encargos de depreciação e amortização. Com base em uma amostra, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre imobilizado ou ativo intangível e como gastos com manutenção no resultado do exercício, para adições ocorridas durante o exercício e avaliamos a natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as suas políticas de capitalização e outras relacionadas.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do imobilizado e intangível, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento dos ativos imobilizados e intangíveis é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos imobilizado e intangível

As demonstrações financeiras incluem ativos imobilizado e intangível no valor de R\$591.129 mil e R\$3.341.640 mil, respectivamente. Conforme indicado na nota 4.4.h e 4.14, a Companhia tem vindo a apresentar prejuízos acumulados decorrentes do negócio advindo das condições operacionais da malha concedida. Com a identificação desses indicadores ("triggers") a Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC") e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável da unidade geradora de caixa onde esses ativos foram alocados. Analisamos as premissas utilizadas no modelo de fluxo de caixa descontado para teste de *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis por meio de análises do desempenho comercial, expectativas do mercado e o entendimento da utilização futura dos ativos da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a taxa de desconto aplicada no fluxo de caixa descontado, avaliando o custo de capital para a Companhia, bem como os pressupostos fundamentais para as taxas de crescimento a longo prazo nas previsões por comparação com os resultados históricos. Avaliamos também a análise de sensibilidade em torno da taxa de crescimento de despesas e variação do capital de giro e taxa de descontos. Adicionalmente, consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor dos ativos imobilizados e intangíveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causa por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências de éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 08 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 - Balanço patrimonial

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais				
	Notas	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)	01/01/2016 (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.6	73.047	49.217	40.203
Contas a receber	4.7	202.975	151.569	269.369
Outros ativos financeiros	4.30	483	-	-
Estoques	4.9	77.653	63.222	55.481
Tributos a recuperar	4.10	38.441	38.202	105.720
Tributos antecipados sobre o lucro	4.10	11.271	-	-
Despesas pagas antecipadamente	4.11	20.725	22.319	29.941
Sinistros a recuperar	4.11	-	39.927	42.056
Demais ativos	4.11	47.002	28.519	48.989
		471.597	392.975	591.759
Não circulante				
Contas a receber	4.7	268.733	284.676	291.880
Despesas pagas antecipadamente	4.11	13.991	15.816	17.640
Depósitos judiciais	4.12	239.648	253.140	213.023
Tributos a recuperar	4.10	36.339	48.654	17.644
Tributos diferidos sobre lucro	4.27(a)	215.964	213.051	205.115
Contas a receber da RFFSA (União)	4.12(a)	89.860	87.230	81.830
Sinistros a recuperar	4.11	32.286	-	-
Demais ativos	4.11	9.390	25.194	-
Imobilizado	4.13	675.952	598.725	837.586
Intangível	4.14	3.256.817	3.157.344	2.605.452
		4.838.980	4.683.830	4.270.170
Total do ativo		5.310.577	5.076.805	4.861.929
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Leasing	4.15	-	33.059	41.246
Fornecedores	4.16	186.624	192.581	121.569
Contas a pagar	4.16	339.855	103.343	5.495
Tributos a recolher	4.17	17.243	16.590	20.721
Obrigações sociais e trabalhistas	4.18	91.384	61.243	92.883
Arrendamentos e concessão	4.19	37.880	50.059	45.125
Antecipações de clientes	4.20	46.947	55.640	-
Receitas diferidas	4.20	1.567	1.567	1.567
Demais passivos	4.20	14.718	28.952	44.050
		736.218	543.034	372.656
Não circulante				
Leasing	4.15	-	-	31.671
Provisão para processos judiciais	4.12	55.536	45.079	62.301
Benefícios a empregados	4.29	3.591	2.020	1.262
Tributos diferidos sobre lucro	4.27(a)	22.752	-	-
Receitas diferidas	4.20	23.628	25.195	26.762
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	4.21	79.978	79.978	2.795.893
Demais passivos	4.20	-	-	164
		185.485	152.272	2.918.053
Patrimônio líquido				
Capital social	4.22	4.558.859	4.558.859	1.722.966
Prejuízos acumulados		(169.985)	(177.360)	(151.746)
		4.388.874	4.381.499	1.571.220
Total do passivo e patrimônio líquido		5.310.577	5.076.805	4.861.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.2 – Demonstração do resultado

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Receita líquida de serviços prestados	4.23	2.124.532	1.667.362
Custo dos serviços prestados	4.24	<u>(2.024.332)</u>	<u>(1.708.954)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>100.200</u>	<u>(41.592)</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	4.25 (a)	(108)	(114)
Gerais e administrativas	4.25 (b)	(67.845)	(56.589)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.25 (c)	<u>(6.746)</u>	<u>48.578</u>
		<u>(74.699)</u>	<u>(8.125)</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>25.501</u>	<u>(49.717)</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	4.26	<u>(10.902)</u>	<u>16.167</u>
Receitas financeiras		(37.586)	(22.500)
Receitas com variação monetária e cambial		5.770	9.492
		<u>20.914</u>	<u>29.175</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>14.599</u>	<u>(33.550)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social			
	4.27(a)	<u>(7.224)</u>	<u>7.936</u>
Tributos correntes		(1.611)	-
Tributos diferidos		(5.613)	7.936
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>7.375</u>	<u>(25.614)</u>
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		7.375	(25.614)
Participação dos não-controladores		<u>7.375</u>	<u>(25.614)</u>
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de milhão de ações em 2016 e por lote de mil ações em 2017)	4.22	<u>0,07</u>	<u>(0,12)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.3 – Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>7.375</u>	<u>(25.614)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>7.375</u>	<u>(25.614)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais			
	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2016 (reapresentado)	1.722.966	(126.665)	1.596.301
Impacto da retificação de erros	-	(25.081)	(25.081)
Saldo reapresentado em 01 de janeiro de 2016	1.722.966	(151.746)	1.571.220
Resultado abrangente do exercício			
Prejuízo do exercício	-	(25.614)	(25.614)
Aumento de capital por transferência de AFAC	2.835.893	-	2.835.893
Total do resultado abrangente	2.835.893	(25.614)	2.810.279
Em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	4.558.859	(177.360)	4.381.499
Resultado abrangente do exercício			
Lucro do exercício	-	7.375	7.375
Total do resultado abrangente	-	7.375	7.375
Em 31 de dezembro de 2017	4.558.859	(169.985)	4.388.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro (prejuízo) do exercício	7.375	(25.614)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	349.334	296.141
Provisões para perdas e processos judiciais	7.910	(22.926)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(20.914)	(29.176)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Ganho na alienação de ativo imobilizado	(5.770)	13.872
Baixa de ativos	9.139	-
Provisão para baixa de ativos	2.166	-
Receitas diferidas	(1.567)	(1.567)
Ajuste a valor presente	16.819	(6.841)
Despesas com benefícios a empregados	1.607	601
Tributos diferidos sobre lucro	5.613	(7.936)
Despesas financeiras – Leasing	5.645	3.754
	379.182	222.133
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(30.851)	132.225
Estoques	(14.431)	(2.417)
Tributos a recuperar	4.877	40.207
Contas a receber da RFFSA (União)	(294)	877
Despesas pagas antecipadamente	1.594	7.621
Depósitos judiciais	31.181	(20.238)
Sinistros a recuperar	7.641	2.128
Demais ativos	(2.679)	(4.724)
Fornecedores	(26.821)	73.950
Contas a pagar	236.512	97.848
Tributos a recolher	364	(5.067)
Obrigações sociais e trabalhistas	44.367	(31.640)
Benefícios a empregados	(36)	157
Arrendamento e concessões	(12.179)	4.934
Antecipações de clientes	(8.693)	55.640
Demais passivos	(14.234)	(15.262)
Caixa líquido gerado pelas operações	595.500	558.372
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.561)	(2.680)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	591.939	555.692
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	5.770	11.712
Compra de ativo imobilizado e intangível	(535.174)	(634.756)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(529.404)	(623.044)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	119.978
Pagamentos de leasing	(38.705)	(43.612)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(38.705)	76.366
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.830	9.014
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.217	40.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	73.047	49.217
Transações que não afetam o caixa		
	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC – Passivo não circulante	-	2.835.893
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC – Patrimônio líquido	-	2.835.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.6 - Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016.

Em milhares de Reais	31/12/2017	31/12/2016
		(reapresentado)
Receitas		
Vendas brutas de serviços	2.439.266	1.965.287
Outras receitas	152.028	169.831
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	2.547	1.842
	2.593.841	2.136.960
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(884.620)	(779.756)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(812.102)	(678.447)
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	(16.990)	22.545
Outros	(15.857)	(15.879)
	(1.729.569)	(1.451.537)
Valor adicionado bruto	864.272	685.423
Depreciação e amortização	(349.334)	(296.141)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	514.938	389.282
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	36.083	42.283
	36.083	42.283
Valor adicionado total a distribuir	551.021	431.565
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	376.058	314.370
Impostos, taxas e contribuições	121.732	118.186
Remuneração de capitais de terceiros	45.856	24.623
Remuneração de capital próprio	7.375	(25.614)
Valor adicionado distribuído	551.021	431.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.19. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a VLI Multimodal S.A. (Ex-Mineração Tacumã Ltda. - controlada indireta da VLI S.A. (“VLI”) - como a única controladora da FCA.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. Em maio de 2016, através da Resolução Nº 5.101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a conclusão de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando inicialmente a data base de março de 2012.
- Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.
- A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

A Companhia está apresentando lucro, se recuperando dos prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário.

Portanto, essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para Companhias em continuidade operacional.

Em 29 de dezembro de 2016, em atendimento ao ofício enviado pela Superintendência de Acompanhamento de Empresas da B3 S.A., a FCA comunicou fato relevante ao mercado que sua administração submeteu à Assembleia Geral, que deliberou, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016, proposta acerca do grupamento das ações como procedimento para enquadrar a cotação das ações, nos termos do item 5.2.f do Regulamento para listagem de emissores e admissão à negociação de valores mobiliários da B3 S.A., que versará sobre o procedimento proposto para o grupamento, fator de grupamento a ser utilizado, o tratamento que será dado às frações e a composição do capital social da FCA após o grupamento.

O fator de grupamento foi calculado de modo a garantir que o patamar de cotação das ações de emissão da FCA fique conforme sugerido pela B3 S.A. na Orientação sobre Procedimentos para Grupamento de Valores Mobiliários ("Orientação"). Será assegurado a eventuais detentores de frações de ações da FCA em decorrência do grupamento, no mínimo, uma nova ação, por meio do tratamento de frações a ser disposto na proposta da administração. O grupamento das ações da Companhia visa mitigar o risco de volatilidade excessiva da cotação das ações de emissão da Companhia em razão do seu baixo valor atual de negociação na B3 S.A., bem como adequar a cotação das ações da Companhia, conforme previsto no Regulamento e na Orientação, e nos termos do Ofício, a fim de que o valor de cada ação negociada seja superior a R\$1,00.

4.2 – Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2018.

a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

IFRS 15

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A alteração do IFRS 15 aborda o tema de reconhecimento de receitas oriundas de vendas de mercadorias, produtos acabados e prestação de serviços. Esta nova norma não irá gerar impactos sobre as rotinas e procedimentos adotados para registrar e reconhecer receitas de serviços de transportes ferroviários de cargas e, também, para serviços portuários prestados pela FCA, sendo que todos os contratos de prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas e também para serviços portuários foram avaliados considerando o IFRS 15.

A Companhia realizou as análises considerando as 4 fases da metodologia de aplicação:

1 - Identificação do contrato

Para fins de análise e diagnósticos da nova norma sobre receitas, avaliamos de forma abrangente todos os contratos padrões, celebrados para auferir receitas com: transporte ferroviário de cargas, incluindo as cláusulas de penalidades (ToP); estadia de vagões; tráfego mútuo; direitos de passagens; alienação de ativos.

2 - Identificação da obrigação de desempenho

As obrigações de desempenho das atividades operacionais da FCA são alcançadas em um momento específico, ou seja, na origem dos fluxos de transportes consiste na integração dos múltiplos modais, incluindo o carregamento e o descarregamento nos TI (terminais). A medição dos serviços ferroviários deverá ser preferencialmente efetuada pelo peso real movimentado, apurado na origem ferroviária, em balança com aferição validada por órgão competente. Deverá considerar sempre um peso mínimo de carregamento para cada tipo de vagão a ser utilizado, se o carregamento do mesmo não for de responsabilidade da FCA.

3 - Determinação do preço da transação

A remuneração dos serviços prestados é efetuada pelo montante fixo definido em contrato, sem significativo componente de financiamento. A contraprestação variável, tais como: em conta, descontos, créditos, concessões de preço, devoluções e bônus não fazem parte da política ou prática comercial da Companhia.

4 - Alocação do preço da transação

O preço da transação deve ser alocado a diferentes obrigações a cumprir com base no preço de venda individual relativo. Pode ser o preço individual da venda de um bem ou serviço quando vendido separadamente para um cliente em circunstâncias semelhantes ou para clientes semelhantes. Se o preço individual da venda não for observável de forma direta, estime-o considerando todas as informações razoavelmente disponíveis, como condições de mercado, fatores específicos e classe de clientes.

A Companhia concede acessos aos seus clientes para acompanhar, através de sistemas, as movimentações das cargas nos terminais e de todas operações acessórias, considerando as características dos fluxos de transportes, tais como: Local de origem (procedência) x Local de destino x quantidade (Toneladas).

Considerando as atividades da FCA, a administração analisou e concluiu que a aplicação da referida norma não trará impactos de reconhecimento de receita em consequência não trarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

IFRS 9

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de financeiros.

Considerando as atividades da FCA a administração analisou os impactos e os instrumentos financeiros não trarão novas implicações relevantes no balanço da Companhia.

Relacionado a modelos de provisão para perdas, a nova regra, não é necessário esperar nenhum evento extremo para o reconhecimento da perda esperada, e a quantidade projetada de créditos perdidos deve ser registrada a cada 12 meses. Além disso, no modelo anterior, a contabilidade só levava em conta o histórico. Efeitos de uma possível perda de crédito futura não eram considerados, mesmo que a inadimplência ou perdas fossem uma possibilidade real.

As provisões para créditos de liquidação dúvida até o fechamento do exercício de 2017 eram constituídas com base em critérios altamente recomendados e nas melhores práticas de mercado.

A Companhia deverá adotar estimativas de possíveis perdas de seus recebíveis com base em cenários macroeconômicos futuros. Em uma análise simplificada e comparativa, a princípio, a Companhia precisará alterar sua estimativa considerando a matriz de inadimplência histórica de percentual por categoria desde vencidos a vencer e assim calcular sua nova estimativa de provisão para perda. A Companhia não espera impactos relevantes relacionado a mudança de critério proposto pelo IFRS 9, devido aos baixos níveis de inadimplência da FCA, por ter o mesmo o seu negócio integralmente desenvolvido dentro do Mercado Brasileiro, que sua carteira de clientes é formada por empresas de grande porte e que não existem componentes de financiamentos nos contratos comerciais.

A FCA optou por utilizar uma abordagem simplificada para mensurar as perdas de créditos esperadas sobre a sua carteira de recebíveis.

Outra mudança importante que entra em vigor com o IFRS 9 é o sistema de classificação dos instrumentos financeiros. Antes, era possível classificar os papéis em três categorias: mantido até o vencimento; para negociação; e disponíveis para venda.

A partir de 2018 é o modelo de negócios da empresa que vai comandar a classificação do papel no balanço.

Diferentemente da IAS 39, que dividia os ativos financeiros em 4 categorias (empréstimos e recebíveis, ativos financeiros ao valor justo através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento) e os passivos financeiros em 2 categorias (valor justo através dos resultados e outros passivos financeiros), a IFRS 9 cria apenas 2 categorias para instrumentos financeiros: Ativos financeiros ao valor justo (por meio do Resultado ou do PL) e ativos financeiros ao custo amortizado. Tanto o modelo de negócios da entidade como as características do instrumento financeiro definirão a categoria mais apropriada para cada caso.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tem principalmente, Caixa e Equivalentes, Contas a Receber, Contas a Pagar e Arrendamento e Concessão, caracterizados como Instrumentos Financeiros, sendo todos com mínima exposição a juros e caso tivesse seria melhor classificado pelo valor justo ao resultado. Assim atendendo ao especificado no IFRS 9, ativos ou passivos financeiros avaliados a valor justo por meio de resultado são, em sua maioria, ativos e passivos financeiros adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto.

IFRS 16

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). A norma é efetiva para os períodos anuais com início em ou após de 1 de janeiro de 2019.

A norma contábil estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A FCA deverá aplicar esta norma de forma consistente com contratos que tenham características similares e em circunstâncias similares. A FCA pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1 de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

Todos os contratos de arrendamentos serão reconhecidos no balanço; Ativos Direitos de Uso passarão a ser reconhecidos; Passivos de arrendamentos registrados; e registros das operações idênticos às compras financiadas de um ativo.

Os principais contratos de arrendamento da Companhia são: vagões e locomotivas, terminais integradores, projetos de renovação de locomotivas, contratos de concessão de transporte de cargas.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4.3 – Retificação de erro

Durante o exercício de 2017, a Companhia identificou que as despesas com depreciação de locomotivas foram calculadas erroneamente, ficando apresentadas a menor no resultado e a depreciação acumulada a menor no ativo imobilizado. Dessa forma, os valores correspondentes do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, e das demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 (IAS 8) e CPC 26 (IAS 1).

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da FCA:

(i) Balanço patrimonial

Em milhares de Reais	31 de dezembro de 2016			01 de janeiro de 2016		
	Anteriormente		Reapresentado	Anteriormente		Reapresentado
	apresentado	Ajustes		apresentado	Ajustes	
Ativo Circulante	392.975	-	392.975	591.759	-	591.759
Tributos diferidos sobre o lucro	198.914	14.137	213.051	192.194	12.921	205.115
Imobilizado	640.305	(41.580)	598.725	875.588	(38.002)	837.586
Outros ativos não circulante	3.872.054	-	3.872.054	3.227.469	-	3.227.469
Ativo Não Circulante	4.711.273	(27.443)	4.683.830	4.295.251	(25.081)	4.270.170
Total do ativo	5.104.248	(27.443)	5.076.805	4.887.010	(25.081)	4.861.929
Passivo Circulante	543.034	-	543.034	372.656	-	372.656
Passivo Não Circulante	152.272	-	152.272	2.918.053	-	2.918.053
Prejuízos acumulados	(149.917)	(27.443)	(177.360)	(126.665)	(25.081)	(151.746)
Outros	4.558.859	-	4.558.859	1.722.966	-	1.722.966
Patrimônio líquido	4.408.942	(27.443)	4.381.499	1.596.301	(25.081)	1.571.220
Total do passivo e patrimônio líquido	5.104.248	(27.443)	5.076.805	4.887.010	(25.081)	4.861.929

(ii) Demonstrações do resultado e resultado abrangente

Demonstração do resultado

Em milhares de Reais

31 de dezembro de 2016

	Anteriormente		
	apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de serviços prestados	1.667.362	-	1.667.362
Custo dos serviços prestados	(1.705.376)	(3.578)	(1.708.954)
			-
Lucro bruto	(38.014)	(3.578)	(41.592)
			-
Receitas (despesas) operacionais	(8.125)	-	(8.125)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(46.139)	(3.578)	(49.717)
Resultado financeiro	16.167	-	16.167
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.972)	(3.578)	(33.550)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	6.720	1.216	7.936
Prejuízo do exercício	(23.252)	(2.362)	(25.614)

Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de Reais

31 de dezembro de 2016

	Anteriormente		
	apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(23.252)	(2.362)	(25.614)
Total do resultado abrangente do exercício	(23.252)	(2.362)	(25.614)

(iii) Demonstrações do fluxo de caixa

Em milhares de Reais	31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do período	(23.252)	(2.362)	(25.614)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	292.563	3.578	296.141
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(6.720)	(1.216)	(7.936)
Outros ajustes	(40.458)	-	(40.458)
Total dos ajustes	222.133	-	222.133
Variações nos ativos e passivos	333.559	-	333.559
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	555.692	-	555.692
			-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(623.044)	-	(623.044)
			-
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	76.366	-	76.366
			-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	9.014	-	9.014

(iv) Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de Reais	31 de dezembro de 2016		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receitas			
Vendas brutas de serviços	1.965.288		1.965.288
Outras receitas (despesas)	169.831		169.831
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	1.842		1.842
	2.136.961		2.136.961
Menos: Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados	(779.757)		(779.757)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(678.447)		(678.447)
Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões	22.545		22.545
Outros	(15.879)		(15.879)
	(1.451.538)		(1.451.538)
Valor Adicionado bruto	685.423		685.423
Depreciação, amortização e exaustão	(292.563)	(3.578)	(296.141)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	(292.563)		(296.141)
Valor Adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras e Variações Cambiais	42.283		42.283
	42.283		42.283
Valor adicionado total a distribuir	435.143		431.565
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	314.370		314.370
Impostos, Taxas e Contribuições	119.402	(1.216)	118.186
Remuneração de Capitais de Terceiros	24.623		24.623
Remuneração de Capital próprio	(23.252)	(2.362)	(25.614)
Valor Adicionado distribuído	435.143		431.565

(v) Nota explicativa de Passivos contingentes

Ao divulgar a nota explicativa de passivos contingentes a Companhia erroneamente divulgou a menor o valor das causas possíveis, sendo abaixo os valores corrigidos:

31 de dezembro de 2016	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Em milhares de reais			
Trabalhistas	1.146.000	7.049	1.153.049
Cíveis	345.000	(422)	344.578
Tributárias	417.000	270.052	687.052
Ambientais	50.000	(337)	49.663
Previdenciário	21.000	14.652	35.652
Total das contingências possíveis de perda	1.979.000	290.994	2.269.994

4.4 - Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas, demais contas a receber e outros ativos financeiros. Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, após seu reconhecimento inicial, dos empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

c) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

e) Tributos sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

As alíquotas dos impostos diferidos e correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídos são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.13.

g) Intangível

I. Direitos de concessão

Está representado pelo valor pago pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste e Malha Paulista (Ferroban) (Nota 4.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

A vida útil dos intangíveis está apresentada na Nota 4.14.

h) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

i) Leasing

Os contratos de Leasing (arrendamento financeiro) são reconhecidos no ativo imobilizado e a dívida no passivo circulante ou não circulante, em função dos seus vencimentos. Os juros serão apropriados para a conta de despesas financeiras com base no período de competência.

j) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

k) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as Companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

E ainda conforme os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de Contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

I) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso dos processos judiciais prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para processos judiciais e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são os processos judiciais onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.12), sendo a Companhia um agente no litígio.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de previdência privada é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas ao plano de previdência privada são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados na qual a metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (“*constructive obligation*”).

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) Os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente;
- 2) Os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 3) Seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

As receitas de juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

Receitas diferidas

As receitas diferidas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros.

As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando:

- decorrido o prazo de competência; ou
- da prestação de serviços futuros;

o) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

p) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

Ações ordinárias - custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

q) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

r) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.29, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

s) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado ("DVA"), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a Companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

4.5 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

4.5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

iii. Provisão para processos judiciais - A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

iv. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

4.5.2 Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis

Concessão

A Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

i. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.

ii. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.

iii. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.

iv. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.

v. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4.6 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	23.645	3.707
Aplicações financeiras (a)	<u>49.402</u>	<u>45.510</u>
	<u>73.047</u>	<u>49.217</u>

(a) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 96,64% em 31 de dezembro de 2017 e 65,29% em 31 de dezembro de 2016, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.7 - Contas a receber

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Contas a receber de terceiros	100.491	96.241
Contas a receber de partes relacionadas	120.375	75.766
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	<u>(17.891)</u>	<u>(20.438)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>202.975</u>	<u>151.569</u>
Não circulante		
Contas a receber de partes relacionadas	268.733	284.676
	<u>268.733</u>	<u>284.676</u>
A vencer	428.510	407.629
Vencidos até 3 meses	12.451	23.825
Vencidos de 3 a 6 meses	4.282	4.221
Vencidos acima 6 meses	<u>44.356</u>	<u>21.008</u>
Contas a receber de clientes	<u>489.599</u>	<u>456.683</u>

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de créditos de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.8 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Contas a receber		
VALIA	14	14
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	1	104
MRS Logística S.A	11.801	1.893
Vale Manganês S.A	4	4
Ultrafétil S.A	120	54
Vale S.A	41.702	39.743
Vale Fertilizantes S.A	23.908	16.058
Mineração Urucum S.A	3	3
Salobo Metais S.A	5	-
Ferrovia Norte Sul S.A	1.626	96
VLI S.A	469	469
VLI Multimodal S.A	40.722	17.328
	120.375	75.766
Ativo não circulante		
Contas a Receber		
Vale S.A	254.890	269.817
MRS Logística S.A	13.843	14.859
	268.733	284.676
Passivo Circulante		
Fornecedores		
MRS Logística S.A	1.357	542
PASA	-	225
Terminal de Vila Velha S.A- TVV	193	-
Ferrovia Norte Sul S.A	33	33
VLI Multimodal S.A	2.487	4.335
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	1.266	1.273
VLI S.A	-	7.803
Vale S.A	1.125	3.369
	6.461	17.580
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)		
VLI Multimodal S.A	79.978	79.978
	79.978	79.978

Demonstrações do Resultado	31/12/2017	31/12/2016
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
Vale Fertilizantes S.A	95.662	57.068
Vale S.A	119.305	130.204
VLI Multimodal S.A	861.728	512.231
Ferrovia Norte Sul S.A	129	-
	1.076.824	699.503
Receita de aluguel de locomotiva		
Vale Fertilizantes S.A	-	204
Vale S.A	-	619
VLI Multimodal S.A	96.798	119.219
	96.798	120.042
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
MRS Logística S.A	6.336	-
Vale S.A	5.686	8.664
Samarco Mineração S.A	79	77
Vale Fertilizantes S.A	15.845	17.801
Ferrovia Norte Sul S.A	6.009	-
Ultrafertil S.A	1	-
VLI S.A	21	1.395
VLI Multimodal S.A	139	6.780
	34.116	34.717
Custos e despesas		
Custo de partilha de fretes (Tráfego Mútuo)		
Vale S.A	(123.593)	(113.859)
MRS Logística S.A	(28)	(24)
	(123.621)	(113.883)
Custo com direito de passagem		
MRS Logística S.A	(50.646)	(33.311)
	(50.646)	(33.311)
Custo dos serviços		
Vale S.A	(1.403)	-
MRS S.A	(28)	-
PASA	(1.655)	(2.012)
	(3.086)	(2.012)
Previdência Complementar		
VALIA	(3.517)	(3.333)
	(3.517)	(3.333)
Despesas com compartilhamento de gastos		
VLI Multimodal S.A	(51.806)	(43.058)
VLI S.A	(10.735)	(7.069)
	(62.541)	(50.127)
Receitas(Despesas) financeiras		
Vale S.A	2.249	-
VLI Multimodal S.A	119	-
Vale Fertilizantes S.A	937	-
	3.305	-

As análises de vencimentos do contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	356.678	337.091
Vencidos até 3 meses	7.565	21.003
Vencidos de 3 a 6 meses	3.041	1.751
Vencidos acima 6 meses	21.824	597
	389.108	360.442

As contas a receber com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado.

As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotivas e venda de outros materiais.

Os custos com direito de passagem e partilha de frete, representam os valores gastos com a utilização da malha ferroviária de outra concessionária.

As dívidas com empresas ligadas no circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado e compartilhamento de gastos.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, são recursos recebidos pela FCA de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social (nota 4.22).

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A Vale na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS). Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a Vale pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela Vale o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente. O saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento à vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais foi paga no ato do exercício da opção pela Vale em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que, a devolução das demais parcelas, ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

No ano calendário de 2015 a FCA apurou lucro tributável e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou em abril de 2016 o montante de R\$ 3 milhões que deduzido do saldo nominal restam R\$ 360 milhões. Em dezembro de 2017 a Vale pagou o montante de R\$ 17 milhões. O ajuste a valor presente deste saldo corresponde a R\$ 88 milhões, logo o montante a receber da Vale é de R\$ 255 milhões.

A realização da parcela do ajuste a valor presente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 2.065, (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 6.841) conforme nota 4.26.

4.9 - Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição como segue:

Circulante	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Peças e componentes de equipamentos / instalações	48.810	46.535
Combustíveis, lubrificantes e gases	4.177	2.969
Materiais de expediente e outros	14.676	6.245
Materiais elétricos / eletrônicos	5.741	5.673
Outros materiais	4.249	1.800
	<u>77.653</u>	<u>63.222</u>

4.10 – Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Tributos antecipados sobre o lucro	11.271	-
	<u>11.271</u>	<u>-</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	19.808	14.015
Imposto de renda retido na fonte	-	313
PIS e COFINS a compensar	17.095	22.078
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	330
IOF a recuperar	127	127
ISS	209	-
INSS	1.110	-
Outros	83	1.339
	<u>38.441</u>	<u>38.202</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar	31.623	34.884
PIS e COFINS a compensar	208	6.645
Tributos a recuperar	4.432	7.049
ISS	76	76
	<u>36.339</u>	<u>48.654</u>
Total	<u>86.051</u>	<u>86.856</u>

4.11 – Despesas pagas antecipadamente, sinistros a recuperar e demais ativos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Sinistros a recuperar (c)	-	39.927
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (e)	578	300
Despesas c/ licença de uso de softwares	1.567	1.446
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	4.852	4.632
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia (a)	1.761	1.680
Aluguel do Terminal Integrado de Guará (a)	10.142	12.436
Total de despesas pagas antecipadamente	20.725	22.319
Adiantamento a empregados	20.447	13.267
Adiantamento a fornecedores (d)	25.696	13.096
Outras contas	859	2.156
Total de demais ativos circulante	47.002	28.519
	67.727	90.765
Não circulante		
Sinistros a recuperar (c)	32.286	-
Total de sinistros a recuperar	32.286	-
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	13.991	15.816
Total de despesas pagas antecipadamente	13.991	15.816
Adiantamento a empregados	5.008	10.015
Adiantamento a fornecedores (d)	4.382	15.179
Total de demais ativos não circulante	9.390	25.194
	55.667	41.010
	123.394	131.775

- (a) Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de "built to suit". Os contratos assinados entre a Companhia e terceiros constituem o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari, Santa Luzia e Guará e, por conseguinte a locação dos terminais à Companhia em caráter personalíssimo, sendo os referidos Terminais construídos para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.
- (b) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens. O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente no ano foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", nos ativos circulante no montante de R\$ 1.825 (em 2016 R\$ 1.825) e não circulante no montante de R\$ 13.991 (em 2016 R\$ 15.816)
- (c) Os gastos relevantes com sinistros, ocorridos na malha ferroviária e nos terminais portuários foram apropriados no ativo não circulante por não termos evidências de reembolso por parte das seguradoras contratadas no próximo ano corrente.
- (d) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição para máquinas e equipamentos.
- (e) A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro. Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros foram os seguintes:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Resp. Civil do Transp. Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 x Salário Base
Vida em Grupo	Estagiários	R\$ 13
Acidentes pessoais	Trens turísticos	R\$ 10

Prêmios de seguros pagos antecipadamente	31/12/2017	31/12/2016
Responsabilidade civil geral	-	300
Transporte Internacional Importação	16	-
Responsabilidade civil transportador ferroviário	562	-
Total	578	300

4.12 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas (a)	210.400	43.548	220.470	35.348
Cíveis	20.706	11.347	23.837	8.486
Tributárias	4.399	465	4.683	551
Ambientais	414	-	381	496
Previdenciária	3.729	176	3.769	198
	239.648	55.536	253.140	45.079

Depósitos judiciais (movimentação)

	31/12/2016	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2017
Trabalhistas (a)	220.470	14.701	(41.338)	16.567	210.400
Cíveis	23.837	80	(4.037)	826	20.706
Tributárias	4.683	98	(727)	345	4.399
Ambientais	381	-	-	33	414
Previdenciária	3.769	-	(4)	(36)	3.729
	253.140	14.879	(46.106)	17.735	239.648

Provisões para processos judiciais (movimentação)

	31/12/2016	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2017
Trabalhistas (a)	35.348	41.786	(37.367)	3.781	43.548
Cíveis	8.486	3.748	(1.770)	883	11.347
Tributárias	551	132	(260)	42	465
Ambientais	496	-	(516)	20	-
Previdenciária	198	-	(27)	5	176
	45.079	45.666	(39.940)	4.731	55.536

(a) A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2017, os processos judiciais trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 43.548 (31 de dezembro de 2016 R\$ 35.348). Esses montantes não incluem os processos judiciais de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA." Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia havia reconhecido em suas demonstrações o montante de R\$ 89.860 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 87.230) que deverão ser reembolsados pela União (extinta RFFSA).

As naturezas dos principais processos provisionados são as mesmas das divulgadas no item b) Passivos contingentes.

4.12.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 2.356.760 (31 de dezembro de 2016 - aproximadamente R\$ 2.269.994), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

As composições dos passivos contingentes por natureza podem ser assim apresentadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (reapresentado)
Trabalhistas (i)	1.267.386	1.153.049
Cíveis (ii)	438.095	344.578
Tributárias (iv)	585.175	687.052
Ambientais (v)	49.726	49.663
Previdenciário (iii)	16.378	35.652
	<u>2.356.760</u>	<u>2.269.994</u>

- i. **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. **Cíveis:** trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais. Além de ações anulatórias.
- iii. **Previdenciários:** trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. **Tributários:** trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS

relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.

- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

4.13 – Imobilizado

				31/12/2017	31/12/2016	
Bens em operação	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	(reapresentado) Líquido
Imóveis	25 a 50 anos	3,99%	7.316	(2.047)	5.269	17.256
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	10 a 20 anos	9,52%	4.362	(1.358)	3.004	3.147
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,45%	97.514	(36.455)	61.059	111.194
Veículos	5 anos	20%	14.257	(11.029)	3.228	2.844
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	17.076	(6.641)	10.435	9.888
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	1.909	(1.341)	568	711
Locomotivas	12 a 25 anos	6,76%	648.462	(304.320)	344.142	290.719
Vagões	33,3 anos	3,33%	292.244	(144.271)	147.973	151.004
Via permanente	19,08 anos	10,00%	95.270	-	95.270	8.636
Outros Ativos	10 anos	10,00%	3.695	(40)	3.655	-
			1.182.105	(507.502)	674.603	595.399
Benfeitorias em curso			1.349	-	1.349	3.326
			1.349	-	1.349	3.326
			1.183.454	(507.502)	675.952	598.725

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 14.712 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 67.752).

Benfeitorias em curso	31/12/2017	31/12/2016
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	-	2.184
Outras	1.349	1.142
	1.349	3.326

Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está sumarizada da seguinte forma:

Imobilizado - Custo	31/12/2016	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Imóveis	25.095	-	(7.562)	(10.217)	7.316
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	4.737	(616)	-	241	4.362
Equipamentos autônomos	198.949	(9.835)	(31)	(91.569)	97.514
Veículos	11.920	(519)	-	2.856	14.257
Bens administrativos/auxiliares	17.368	(2.479)	(2)	2.189	17.076
Equipamentos e aplicativos de informática	7.853	(6.165)	34	187	1.909
Locomotivas	504.618	(15.117)	121.810	37.151	648.462
Vagões	205.247	(1.781)	176	88.602	292.244
Via permanente	24.396	(15.178)	(9.164)	95.216	95.270
Outros ativos	-	(54)	128.405	(124.656)	3.695
	1.000.183	(51.744)	233.666	-	1.182.105
Benfeitorias em curso	3.326	-	(1.977)	-	1.349
	3.326	-	(1.977)	-	1.349
	1.003.509	(51.744)	231.689	-	1.183.454

Imobilizado - depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Imóveis	(7.839) (reapresentado)	(269)	-	(2.145)	8.206	(2.047)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.590)	(398)	616	(635)	649	(1.358)
Equipamentos autônomos	(87.755)	(8.998)	9.835	(2.404)	52.867	(36.455)
Veículos	(9.076)	(2.471)	519	(68)	67	(11.029)
Bens administrativos/auxiliares	(7.480)	(1.635)	2.479	(381)	376	(6.641)
Equipamentos e aplicativos de informática	(7.142)	(365)	6.165	(100)	101	(1.341)
Locomotivas	(213.899)	(37.822)	6.907	12.509	(72.015)	(304.320)
Vagões	(54.243)	(10.248)	1.255	(45.881)	(35.154)	(144.271)
Via permanente	(15.760)	(17.964)	15.177	(25.197)	43.744	-
Outros Ativos	-	(166)	51	(1.084)	1.159	(40)
	(404.784)	(80.336)	43.004	(65.386)	-	(507.502)
Total líquido	598.725	(80.336)	(8.740)	166.303	-	675.952

Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis ("impairment"), ou seja, se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

Nos exercícios, foi evidenciado nos relatórios de resultado, lucros (prejuízos) operacionais, podendo ter a desvalorização dos ativos, assim elaboramos o teste de ("Impairment").

O método do fluxo de caixa descontado foi utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- Plano de Negócios até 2056;
- A partir de 2027, é considerada a renovação da concessão;
- O fluxo de caixa foi considerado até 2056.

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da Companhia foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

4.14 – Intangível

				31/12/2017	31/12/2016	
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de concessão	8,8 anos	11,33%	43.168	(25.265)	17.903	19.951
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	19.607	(12.186)	7.421	8.030
			62.775	(37.451)	25.324	27.981
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos			336	-	336	58
Imóveis	25 a 50 anos	4,00%	290.543	(49.095)	241.448	242.907
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	10 anos	10,00%	14.772	(5.340)	9.432	111.235
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	9,00%	12.880	(5.273)	7.607	17.892
Veículos	5 anos	20,00%	14	(14)	-	788
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	6.066	(2.210)	3.856	5.299
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	39	(21)	18	126
Locomotivas	12 a 25 anos	7,88%	157.594	(131.327)	26.267	160.180
Vagões	30 anos	3,33%	298.446	(57.802)	240.644	150.525
Via permanente	8,8 anos	11,33%	3.626.331	(1.411.268)	2.215.063	2.003.241
Outros ativos	10 anos	10,00%	16.022	(909)	15.113	245
			4.423.043	(1.663.259)	2.759.784	2.692.496
Benfeitorias em curso			471.709	-	471.709	436.867
			4.957.527	(1.700.710)	3.256.817	3.157.344

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 4.1).

O intangível em curso é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

Benfeitorias em curso	31/12/2017	31/12/2016
Aquisição e modernização de material rodante	35.486	19.302
Construção e ampliação de pátios e terminais	138.524	146.408
Crédito PIS/COFINS	(1)	(1)
Equipamento de Grande Porte	4.086	640
Instalações administrativas e de apoio	2.289	3.824
Melhoria operação ferroviária	8.503	9.022
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	-	4.736
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	58.369	38.472
Outros Ativos	-	325
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	5.558	3.121
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	6.604	7.069
Trens turísticos - melhorias	427	1.062
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	211.864	202.887
	471.709	436.867

O intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentava a seguinte movimentação:

Intangível- Custo	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transferência entre Imobilizado e intangível	Transferência entre categorias	31/12/2017
Direitos de concessão	43.169	-	-	-	(1)	-	43.168
Softwares adquiridos	19.156	-	(1.336)	1.788	(1)	-	19.607
	62.325	-	(1.336)	1.788	(2)	-	62.775
Benefitorias em propriedades arrendadas							
Terrenos	58	-	-	485	(207)	-	336
Imóveis	285.145	-	-	17.160	(2.055)	(9.707)	290.543
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	115.169	-	-	200.546	-	(300.943)	14.772
Equipamentos autônomos	22.259	-	(195)	13.353	(12)	(22.525)	12.880
Veículos	807	-	(5)	2.067	-	(2.855)	14
Bens administrativos/auxiliares	6.910	-	-	1.342	-	(2.186)	6.066
Equipamentos e aplicativos de informática	204	-	(64)	119	174	(394)	39
Locomotivas	286.076	-	-	241.933	-	(370.415)	157.594
Vagões	266.897	-	(84)	23.420	(1.334)	9.547	298.446
Via permanente	3.180.737	-	(8.443)	-	20.313	433.724	3.626.331
Outros ativos	695	-	-	-	(250.427)	265.754	16.022
	4.164.957	-	(8.791)	500.425	(233.548)	-	4.423.043
Benefitorias em curso	436.867	535.236	(42)	(502.213)	1.861	-	471.709
	4.664.149	535.236	(10.169)	-	(231.689)	-	4.957.527

Intangível - Amortização	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2017
Direitos de concessão	(23.218)	(2.048)	-	-	1	(25.265)
Softwares adquiridos	(11.126)	(2.392)	1.336	(3)	(1)	(12.186)
	(34.344)	(4.440)	1.336	(3)	-	(37.451)
Benefitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis	(42.238)	(9.538)	-	2.145	536	(49.095)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(3.934)	(1.393)	-	635	(648)	(5.340)
Equipamentos autônomos	(4.367)	(1.014)	195	2.404	(2.491)	(5.273)
Veículos	(19)	(2)	5	68	(66)	(14)
Bens administrativos/auxiliares	(1.611)	(604)	-	381	(376)	(2.210)
Equipamentos e aplicativos de informática	(78)	(12)	64	100	(95)	(21)
Locomotivas	(125.896)	(5.969)	-	(12.509)	13.047	(131.327)
Vagões	(116.372)	(8.428)	62	45.881	21.055	(57.802)
Via permanente	(1.177.496)	(236.307)	8.066	25.197	(30.728)	(1.411.268)
Outros ativos	(450)	(1.312)	-	1.087	(234)	(909)
	(1.506.805)	(269.019)	9.728	65.386	-	(1.700.710)
Total líquido	3.157.344	266.217	(441)	(166.303)	-	3.256.817

4.16 - Fornecedores e contas a pagar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores terceiros (a)	180.163	175.001
Fornecedores partes relacionadas	6.461	17.580
	<u>186.624</u>	<u>192.581</u>
Contas a pagar (b)	339.855	103.343
	<u>339.855</u>	<u>103.343</u>
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	167.585	171.830
Mercado externo	12.578	3.171
	<u>180.163</u>	<u>175.001</u>

(a) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto as instituições financeiras ("Conveniadas").

Até 31 de dezembro de 2017, as aquisições totalizavam R\$ 339.855, sendo R\$ 310.755 com prazo entre 270 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,99% a.m. e 0,68% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 11/09/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 29.100 com prazo médio de pagamento de 90 dias (em 2016 a Companhia possuía apenas aquisições com prazo de 90 dias, no montante de R\$ 103.343).

4.15 – Leasing

Arrendador:	Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
Objeto:	Fornecimento de 40 (quarenta) locomotivas tipo SD40
Prazo vigência:	Novembro/2015 a Outubro/2017
Condições de pagamento:	24 parcelas mensais fixas e sucessivas
Valor total contrato:	R\$ 85.416 mil
Amortização parcela mensal:	R\$ 3.559 mil
Valor total do ajuste a valor presente: (em nov/15)	R\$ 6.074 mil

Em 2017 foram pagas 10 (dez) parcelas no montante de R\$ 38.705, e o saldo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 0 (R\$ 33.059 em 31 de dezembro de 2016).

4.17 – Tributos a recolher

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	8.696	6.102
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	5.986	5.848
PIS e COFINS	-	1.833
ISS (Imposto s/ Serviços)	2.561	2.807
	<u>17.243</u>	<u>16.590</u>

4.18 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Salários e encargos	20.547	16.530
Provisão para férias e 13º Salário	21.266	15.569
Benefícios trabalhistas	9.299	6.841
Participação nos resultados	40.272	-
Contribuição SESI	-	17.177
Outros	-	5.126
	<u>91.384</u>	<u>61.243</u>

4.19 - Arrendamentos e concessão

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	2.287	2.320
Arrendamento (b)	43.449	44.080
	45.736	46.400
FCA - FERROBAN/Malha Paulista		
Concessão (c)	183	183
Arrendamento (d)	3.474	3.476
	3.657	3.659
(-) Créditos de pagamento a maior (e)		
Concessão	(575)	-
Arrendamento	(10.938)	-
	37.880	50.059

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 calculado, está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2017, foram pagas 78 (setenta e oito) parcelas, sendo a 78ª parcela paga no valor de R\$ 2.287.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2017, foram pagas 78 (setenta e oito) parcelas, sendo a 78ª parcela paga no valor de R\$ 43.449.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Paulista Arrendamento dos bens - FERROBAN - Malha Paulista.

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2017, foram pagas 69 (sessenta e nove) parcelas, sendo a 69ª parcela paga no valor de R\$ 549.

(d) Arrendamento dos bens – FERROBAN - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$ 230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2017, foram pagas 69 (sessenta e nove) parcelas, sendo a 69ª parcela paga no valor de R\$ 10.423.

(e) Créditos de pagamentos a maior

Trata-se de créditos apurados e reconhecidos pela AGU, em ação movida contra a União Federal (RFFSA) objetivando a revisão do cálculo de correção dos montantes devidos à ré referentes às parcelas de arrendamento e concessão, ao qual foi proferida sentença em favor da FCA.

4.20 – Antecipações de clientes, receitas diferidas e demais passivos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Antecipações de clientes (e)	46.947	55.640
Total de antecipações de clientes	46.947	55.640
Passagem de fibra ótica (c)	317	317
Utilização Sistema Logístico Integrado (d)	1.250	1.250
Total de receitas diferidas	1.567	1.567
Seguro Responsabilidade Civil (a)	101	115
Seguro Risco Operacional (a)	671	797
Seguro Frota e PTL (a)	150	30
Provisão para franquia de seguro (b)	12.000	24.000
Garantias contratuais	1.796	1.797
Demais passivos	-	2.213
Total de demais passivos	14.718	28.952
	63.232	86.159
Não circulante		
Passagem de fibra ótica (c)	2.378	2.695
Utilização Sistema Logístico Integrado (d)	21.250	22.500
Total de receitas diferidas	23.628	25.195
	86.860	111.354

- a) prêmios de seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional, de transportes de carga ferroviária e frota.
- b) franquias de seguros com os acidentes operacionais ocorridos em sua malha ferroviária.
- c) receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.
- d) receitas antecipadas com a utilização dos serviços de transbordos rodoferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.
- e) Antecipações de clientes para aquisições de materiais para remodelagem de pãra ferroviária.

4.21 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 79.978 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 79.978).

4.22 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 11 de outubro de 2016 foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 2.835.893 através da emissão de 157.447.856.895.477 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social está representado por 110.293.641 ações ordinárias e 19 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Ferrovia Centro Atlântica S.A. Acionista	Capital Social R\$	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações Ord + Pref.	Participação %
VLI Multimodal S.A.	4.558.858.006,65	110.293.621	19	110.293.640	99,99998%
Outros	535,28	20	-	20	0,00002%
Totais	4.558.858.541,93	110.293.641	19	110.293.660	100,00000%

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da empresa é de R\$ 4.558.859 (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 4.558.859).

b) Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício.

	31/12/2017
Cálculo da média ponderada	
(110.293.660 x 12/12)	110.293.660
Lucro do exercício	7.375
Ações em 31 de dezembro	110.293.660
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$	0,07
	31/12/2016
Cálculo da média ponderada	(reapresentado)
(210.197.643.696.260 x 11/12) + (367.645.500.591.737x 1/12)	223.318.298.437.550
Prejuízo do exercício	(25.614)
Ações em 31 de dezembro	223.318.298.437.550
Prejuízo líquido básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,12)

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

4.23 - Receita líquida de serviços prestados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	1.880.214	1.515.764
Receita de utilização de pátios	3.051	4.771
Receita de estadia de vagões	2.463	3.695
Receita de aluguel de locomotivas	96.798	91.175
Receita de partilha de frete	94.209	102.203
Receita de serviços acessórios	362.555	248.472
	<u>2.439.290</u>	<u>1.966.080</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(112.796)	(96.339)
PIS	(29.499)	(30.612)
COFINS	(135.876)	(141.000)
INSS desoneração	(36.563)	(29.974)
	<u>(314.734)</u>	<u>(297.925)</u>
	<u>2.124.556</u>	<u>1.668.155</u>
Descontos		
Descontos concedidos	(24)	(793)
	<u>2.124.532</u>	<u>1.667.362</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>2.124.532</u>	<u>1.667.362</u>

4.24 - Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados estão assim representados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	(383.316)	(315.504)
Material	(103.014)	(83.880)
Combustíveis	(400.208)	(328.169)
Serviços contratados	(135.936)	(114.723)
Partilha de frete	(250.829)	(177.989)
Arrendamento e concessão	(209.286)	(206.367)
Depreciação	(342.623)	(290.077)
Alugueis	(144.936)	(118.088)
Seguros	(18.494)	(21.203)
Utilities	(17.316)	(16.300)
Viagens	(13.579)	(13.672)
Tributos e taxas	(947)	(1.008)
Outros	(3.848)	(21.974)
	<u>(2.024.332)</u>	<u>(1.708.954)</u>

4.25 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	(105)	(107)
Outros	(3)	(7)
	<u>(108)</u>	<u>(114)</u>

b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compartilhamento de despesas	(62.540)	(50.415)
Depreciação	(2.680)	(2.457)
Pessoal	(1.451)	(1.668)
Serviços contratados	(348)	(1.294)
Tributos e taxas	(310)	(218)
Material	(11)	(7)
Alugueis	(31)	(68)
Seguros	(50)	-
Utilities	-	(86)
Viagens	(177)	(306)
Outros	(247)	(70)
	<u>(67.845)</u>	<u>(56.589)</u>

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outras receitas operacionais		
Recuperação de despesas (a)	65.240	48.538
Bônus/multas contratuais	37.241	75.286
Venda de materiais	26.875	21.464
Venda de ativos	5.770	11.712
Trem turístico	4.017	3.614
Exploração da faixa de domínio	4.059	3.842
Indenizações de clientes	294	-
Alugueis	715	1.196
Outros	8.562	4.179
	<u>152.773</u>	<u>169.831</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(13.523)	(14.933)
Baixa de ativos	(11.305)	(25.584)
Custo com venda de materiais	(1.541)	(7.043)
Participação no resultado	-	(670)
Provisão desvalorização de estoque	-	5.324
Perda de recebíveis	(3.478)	(1.461)
Outros gastos c/ pessoal	(2.059)	(11.915)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.709)	(2.025)
Multas contratuais	(20.656)	(8.988)
Trem turístico	(1.518)	(1.862)
Trem turístico-depreciação	(4.031)	(3.607)
Outras operacionais	-	(23.683)
Processos judiciais	(74.934)	(42.328)
Indenizações	(6.577)	(1.542)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	2.547	1.842
Provisão para processos judiciais	(16.990)	17.222
Cancelamento de vendas	(745)	-
	<u>(159.519)</u>	<u>(121.253)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(6.746)</u>	<u>48.578</u>

(a) A Companhia identificou créditos fiscais provenientes dos pagamentos feitos a maior de PIS e COFINS, durante os períodos de 2011 a 2016, decorrente das entradas fiscais de materiais e insumos necessários a sua atividade preponderante. Os registros foram feitos nas rubricas tributos a recuperar e outras receitas operacionais no montante de R\$ 52,4 milhões.

4.26 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	1.458	1.312
Juros, taxa e multas de mora	2.247	1.339
Ajuste a valor presente	2.065	6.841
	<u>5.770</u>	<u>9.492</u>
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(148)	(213)
Despesas com seguro garantia	(3.049)	(3.877)
Encargos sobre cessão de créditos	-	(6.810)
Encargos por atraso	(79)	(34)
Despesas com pis/cofins sobre receitas financeiras	(1.130)	(1.493)
Despesas com leasing	(5.645)	(3.754)
Despesas com comissão de fiança	(3.141)	(4.595)
Juros, taxas e multas	(5.333)	(1.494)
Ajuste a valor presente	(18.884)	-
Outras despesas financeiras	(177)	(230)
	<u>(37.586)</u>	<u>(22.500)</u>
Receitas com variação monetária e cambial	<u>20.914</u>	<u>29.175</u>
	<u>20.914</u>	<u>29.175</u>
Resultado financeiro	<u>(10.902)</u>	<u>16.167</u>

4.27 – Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

Impostos diferidos - Ativo

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda		(reapresentado)
Provisão para devedores duvidosos	230	5.109
Provisão para processos judiciais	13.884	11.271
Outras provisões	13.257	7.619
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	26.844	22.594
Ajustes de exercícios anteriores	-	10.395
Prejuízo fiscal	102.830	101.681
	<u>157.045</u>	<u>158.669</u>
Contribuição social		
Provisão para devedores duvidosos	83	1.839
Provisão para processos judiciais	4.998	4.056
Outras provisões	4.773	2.744
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	9.664	8.134
Ajustes de exercícios anteriores	-	3.742
Base negativa	39.401	33.867
	<u>58.919</u>	<u>54.382</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>215.964</u>	<u>213.051</u>
Prejuízo fiscal para imposto de renda	411.318	406.728
Base negativa da contribuição social	437.794	376.299

A expectativa de realização dos créditos, relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

ANO	31/12/2017	31/12/2016
2018	14.819	(reapresentado) 21.188
2019	-	20.036
2020	28.705	30.809
2021	-	32.185
2022	-	31.565
2023 em diante	172.440	77.268
	215.964	213.051

O total dos débitos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

Impostos diferidos - Passivo

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda		
Leasing	(16.730)	-
	(16.730)	-
Contribuição social		
Leasing	(6.022)	-
	(6.022)	-
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(22.752)	-

A expectativa de realização dos débitos, relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

ANO	31/12/2017	31/12/2016
2018	(2.040)	-
2019	(2.040)	-
2020	(2.040)	-
2021	(2.040)	-
2022	(2.040)	-
2023 em diante	(12.552)	-
	(22.752)	-
	31/12/2017	31/12/2016
Total da expectativa de realização dos Créditos	215.964	213.051
Total da expectativa de realização dos Débitos	(22.752)	-
Tributos diferidos sobre o lucro	193.212	213.051

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	14.599	14.599	(33.550)	(33.550)
Adições (exclusões) permanentes:			(reapresentado)	
Multas não dedutíveis	2.079	2.079	202	202
Despesas não dedutíveis	3.552	3.552	1.555	1.555
Outras	1.159	1.159	97	97
Adições (exclusões) temporárias:				
Reversão da provisão para processos judiciais	10.457	10.457	(17.221)	(17.221)
Arrendamento financeiro	(26.450)	(26.450)	-	-
Reversão da provisão para perdas de materiais	-	-	(5.324)	(5.324)
Reversão da provisão de participação nos resultados	40.272	40.272	(52.454)	(52.454)
Reversão de outras provisões	4.406	4.406	(2.269)	(2.269)
Constituição (reversão) da provisão de perdas de créditos, líquida	(1.501)	(1.501)	(8.683)	(8.683)
Ajuste de exercícios anteriores	(41.580)	(41.580)	3.578	3.578
Base de cálculo	6.993	6.993	(114.069)	(114.069)
Base de cálculo e base negativa do exercício	6.993	6.993	114.069	114.069
Compensação de prejuízos fiscais	(2.098)	(2.098)	-	-
Lucro real após prejuízo fiscal	4.895	4.895	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - (alíquotas - IR 25% e CS 9%)	(1.199)	(441)	-	-
PAT	29	-	-	-
Despesas do ano corrente	(1.199)	(441)	-	-
Despesas corrente de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.170)	(441)	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.127)	(1.486)	5.835	2.101
Total da despesa de impostos das atividades	(5.297)	(1.927)	5.835	2.101
Alíquota efetiva total	36,28%	13,20%	-	-

4.28 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.29 – Benefícios a empregados

4.29.1- Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos das empresas do Grupo VLI tem como principal intuito aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em março de 2014, podendo ser estendido por um período de mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa neste período.

A implementação deste programa não obriga a FCA a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir o programa, deverá escolher o percentual da sua bonificação a ser investido e o nível de investimento desejado. O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa, em número de salários, serão transformados em UVVs. A valoração se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI S.A.. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

Em 31 de Dezembro de 2017 totalizaram o valor de R\$ 3.591 (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 2.020).

4.29.2 - Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Segurança Social.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia.

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 30 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 3.517 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 3.333).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Segurança Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

a) Premissas atuariais e econômicas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Reconciliação do valor líquido de passivo(ativo)		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(27.119)	(23.331)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(1.373)	(2.440)
3. Resultado obrigação do benefício definido	(8.073)	2.014
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(3.186)	(3.362)
5. Contribuição de participante	-	-
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	<u>(39.751)</u>	<u>(27.119)</u>
Principais premissas atuariais		
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,75%	12,58%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	6,26%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,18%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,18%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,01%	11,13%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	5,13%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,07%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,07%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	19,5457	20,4468
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	41,4925	20,4468

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

4.30 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos arrendamentos e concessão a pagar (Nota 4.19), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

		31/12/2017		
Indexador	Taxas do final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	(i)			
CDI	6,89%	6,20%	5,51%	4,48%

(i) A taxa em 31/12/2017.

		31/12/2017		
	31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	1.458	1.312	1.166	948

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com consequente minimização de perdas individuais. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Atualmente o maior cliente individual da Companhia é sua controladora direta VLI Multimodal.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 17.891 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 20.438).

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

1. Classificação de Risco para Aplicações em Reais	2. Limite Máximo de Alocação do Caixa por Instituição Financeira	3. Limite Máximo de Alocação do Caixa por valor de Patrimônio Líquido da Instituição Financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.

- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

d) Risco operacional

A FCA S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 4.11 (c)).

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

Ativo	Valor Contábil		Valor Justo		Hierarquia
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Caixa e equivalentes de caixa	73.047	49.217	73.047	49.217	Nível 2
Contas a receber de terceiros	82.600	75.803	82.600	75.803	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas	389.108	360.442	389.108	360.442	Nível 2
Contas a receber da RFFSA (União)	89.860	87.230	89.860	87.230	Nível 2
Outros ativos financeiros	483	-	483	-	Nível 2
	635.098	572.692	635.098	572.692	
Passivo					
Leasing	-	33.059	-	33.059	Nível 2
Fornecedores terceiros	180.163	175.001	180.163	175.001	Nível 2
Contas a pagar	339.855	103.343	339.855	103.343	Nível 2
Fornecedores partes relacionadas	6.461	17.580	6.461	17.580	Nível 2
Arrendamentos e concessão	37.880	50.059	37.880	50.059	Nível 2
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	79.978	79.978	79.978	79.978	Nível 2
	644.337	459.020	644.337	459.020	

e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Total passivo	921.703	695.306
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(73.047)</u>	<u>(49.217)</u>
	848.656	646.089
Patrimônio líquido	4.388.874	4.381.499
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	79.978	79.978
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>4.468.852</u>	<u>4.461.477</u>
	<u>18,99%</u>	<u>14,48%</u>

4.31 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações financeiras correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	<u>Malha Centro Leste</u>	<u>Malha Paulista Ferrobán</u>
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2017	78	69
Valor da última parcela paga		
Concessão	2.287	549 (*)
Arrendamento	43.449	10.423 (*)
(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)		

Resolução nº 4131/13 - Reinvestimentos /obras a executar

	<u>Malha Centro Leste</u>
Saldo Inicial – março de 2012	933.521
Saldo Atualizado – dezembro de 2017	1.332.096
Índice de atualização	IPCA
Prazo final para conclusão	agosto-2026

5 – DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relação com Investidores e o Diretor Financeiro da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Sapucaí, 383, inscrita no CNPJ sob nº 00.924.429/0001-75 (“FCA”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“INSTRUÇÃO”), declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FCA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da FCA referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

6 - ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Rodrigo Saba Ruggiero

Presidente

Gustavo Serrão Chaves

Luiz Otávio Andrade Rodrigues da Costa

Mário Ricardo Aparecido dos Santos

Rute Melo Araujo Galhardo

Conselheiros

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretora de Comunicação, Relações Institucionais e Regulatório

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor de Operações

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor Comercial

Márcia Mara Chaves de Resende

Gerente de Contabilidade – CRC-MG 078483/O-8

Honorio Elias de Araujo

Contador - CRC-MG 076836/O-0